

Dívida pública abaixo dos 100% em 2023

Banco de Portugal divulgou dados relativos ao ano passado. Dívida baixou para os 98,7%



Começaram as obras do novo Centro de Saúde dos Tojais que estará pronto em Janeiro de 2025



JOGOS DA UNIÃO - Basquetebol, Rugby, Atletismo e Futebol



RISING STARS – PORTAS ABERTAS NA GULBENKIAN 11 fev domingo 15:00



Índice

- A saída de cena de Luís Montenegro e não, Não vamos eleger o PM 2
- Começaram as obras do novo Centro de Saúde dos Tojais que estará pronto em Janeiro de 2025 3
- AGENDA DA SEMANA - LOURES 4
- JOGOS DA UNIÃO - Basquetebol, Rugby, Atletismo e Futebol 5
- Reparação e pintura do quartel dos Bomb. Voluntários do Zambujal 6
- A corrupção é farinha do mesmo saco para PS e PSD 7
- Loures Dance Open 8
- UNIDADES LOCAIS DE SAÚDE – A solução para a saúde em Loures? 9
- Pérola do Atlântico versus Diamante do Funchal 10
- O projeto “Qualidade + Social” em Loures 11
- RISING STARS – PORTAS ABERTAS NA GULBENKIAN. 12
- Dados Oficiais relativos à Violência Doméstica em Portugal | 4º trimestre de 2023 13
- ZERO dececionada com decisão do Presidente da República de não promulgar legislação sobre resíduos perigosos 14
- Dívida pública abaixo dos 100% em 2023 15
- Agenda Metropolitana 16 | 17
- ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO 2023 18
- Sem zonas húmidas, não sobreviveremos às alterações climáticas 19

EDITORIAL

A saída de cena de Luís Montenegro e não, Não vamos eleger o PM

Há um ano atrás as melhores hipóteses de Luís Montenegro (LM) continuar à frente do PSD depois das eleições europeias de 2024 eram muito reduzidas. No tabuleiro em que se jogava o futuro dos homens que mandam nisto tudo, era assumido que o PSD teria de encontrar um líder o mais tardar no início do último trimestre de 2024 tendo em conta as Autárquicas de 2025.

Com a demissão de António Costa e a decisão de Marcelo de dissolver a Assembleia da República, LM viu-lhe ser oferecida de bandeja uma oportunidade de brilhar mas não foi o melhor para o PSD e os factos posteriores viriam a comprová-lo.

Na verdade, neste momento a realidade política não podia ser mais complexa e difícil para LM confrontado com um conjunto de cenários em que veio à tona que não tinha o perfil para a missão que lhe fora confiada. Hesitações, contradições e mal entendidos seus e dos seus pares levaram a que para os eleitores, a aposta na sigla AD personificada em LM não fosse uma aposta motivadora.

Depois, querer usar a marca AD sem os homens que lhe deram corpo tipo “cover band” só deixa um rasto de desespero de alguém que tenta agarrar-se a uma boia que não flutua.

Caso o PSD ganhe ou perca as Legislativas de 10 de Março, Luís Montenegro deverá sair pela direita baixa, preso que está às suas afirmações e, vamos acreditar, que não dê o dito pelo não dito...

Em caso de vitória da AD, é cada vez mais evidente que o CHEGA será fundamental para o PSD governar e aí LM não poderá contar com o apoio do CHEGA sem Ministros em troca... E voilá LM terá de dar o lugar a outro que no PSD aceite o CHEGA como parceiro.

Caso o PSD perca e o PS não tenha apoio par-

lamentar para governar, LM deverá sair pela esquerda baixa por dois motivos: Em primeiro lugar porque se comprometeu que só governaria se ganhasse as eleições e, em segundo lugar, porque mesmo que a direita tenha maioria na AR com os deputados do CHEGA, LM está preso ao compromisso de que jamais governaria com o CHEGA.

Resumindo, Luís Montenegro vai abdicar, rapidamente, depois de 10 de Março.

Com as eleições este domingo nos Açores, ficará já evidente como todos os partidos vão posicionar-se no tabuleiro insular e a grande questão é, até que ponto, o PSD vai precisar do CHEGA para governar e se fará ou não parte do governo regional com pastas atribuídas. Na verdade, para o PSD nacional, uma vitória do PS nos Açores descansaria por algum tempo a cabeça de Luís Montenegro.

Do que se passa na Madeira, como sempre, é matéria insondável. Quando a demissão de LA é aceite mas é afirmado que não está demitido... Surpresa para alguns e mais complicado para Luís Montenegro, é a última sondagem que dá ao CHEGA 21% e, se contarmos que quando foi efetuada ainda não era notícia o escândalo da Madeira, estamos à beira de uma hecatombe das antigas.

De qualquer modo dia 10 de Março não vamos votar para escolher um primeiro ministro como erradamente muitos tentam passar. Dia 10 de Março vamos escolher os representantes no Parlamento e, em princípio, o partido mais votado apresentará a Marcelo um nome para formar um governo de Portugal e acredito que, no caso de uma maioria à direita, Luís Montenegro sairá de cena rapidamente e será proposto para PM ou outro nome do PSD.

António Guedes Tavares, diretor Editorial



BALCÃO DA INCLUSÃO
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM INFORMAÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE



Começaram as obras do novo Centro de Saúde dos Tojais que estará pronto em Janeiro de 2025

Servirá as Freguesias dos Tojais e de Fanhões. É uma obra orçada em 3 M€ que servirá 14000 utentes e terá 1390 m2 com várias valências

O novo Centro de Saúde de Santo Antão do Tojal, é uma obra orçada em 3 M€ que servirá 14000 utentes e terá 1390 m2 com várias valências.

Situada junto a uma nova urbanização, a nova infraestrutura ficará junto à Rua Padre Américo e a Alameda António Canevari, em Santo Antão do Tojal e, de acordo com a apresentação do técnico da ARS, foi projetada para o seu exterior ser em cimento à vista, por uma questão de compatibilidade com o Aqueduto.

O novo edifício contará com um piso com várias salas de espera e tratamento, gabinetes de consulta e de enfermagem, permitindo a criação de melhores condições para servir a população. Segundo as nossas fontes, o modelo

de gestão será o B, o que permite maior autonomia e melhores resultados no atendimento.

A importância das instalações para a fixação de médicos e enfermeiros, pode ser vista através do exemplo dos monoblocos que asseguram o funcionamento temporário do atual Centro de Saúde e em que o número de médicos passou de um para três, dando expressão à questão da qualidade e consequente atratividade das instalações.

[Link do vídeo](#)



AGENDA DA SEMANA - LOURES

AGENDA DA SEMANA DESTAQUES

FULL TIME ART TIME ARTIST

Exposição de fotografia colagem mix-média



LOURES

HÁ VIDA EM MONTACHIQUE... E NÃO SÓ!

Celebrar o Dia Mundial das Zonas Húmidas: Percorso Ribeirinho de Loures

3 fevereiro
14:30 > 17:30
Zona ribeirinha de Loures

Participação gratuita.
Inscrição: hvm_dgpf@cm-loures.pt
Limite de 20 participantes.

LOURES

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA COLAGEM / MIX-MÉDIA ESCULTURA / PINTURA

Full time art part time artist

BRUNO SCAUTT / DIOGO BENTO
FLAVIUS AUGUSTUS / RESTLESS

3 FEVEREIRO > 23 MARÇO

Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe

ENTRADA GRATUITA

JOGOS DA UNIÃO - Basquetebol, Rugby, Atletismo e Futebol

Realizaram-se, nos dias 27 e 28 de janeiro, quatro encontros inseridos no calendário dos Jogos da União com uma participação recorde de 642 participantes. Os jogos prosseguem nos próximos dias 3 e 4 de fevereiro com a realização do 1.º encontro de natação nas piscinas municipais de Santa Iria da Azóia, o 1.º encontro de hóquei em patins no pavilhão João Villaret, em Loures, e os encontros de futebol no parque desportivo do Catujal

Realizaram-se, nos dias 27 e 28 de janeiro, quatro encontros inseridos no calendário dos Jogos da União com uma participação recorde de 642 participantes. Nas modalidades de rugby, basquetebol e atletismo, os encontros desportivos contaram com a organização da escolinha de Rugby de São João da Talha, Clube Desportivo dos Olivais e Moscavide e Grupo Desportivo de São Domingos, respetivamente. Já o encontro de futebol nos escalões de petizes e traquinas, realizado em São João da Talha e Bucelas, foi organizado pela

divisão de desporto da Câmara Municipal de Loures.

Os Jogos da União tiveram início no passado dia 11 de novembro, terminando a 26 de maio. Até ao momento, e com 19 encontros desportivos realizados em seis modalidades diferentes, os jogos totalizam já 2306 participantes de 28 clubes ou associações.

Os jogos prosseguem nos próximos dias 3 e 4 de fevereiro com a realização do 1.º en-

contro de natação nas piscinas municipais de Santa Iria da Azóia, o 1.º encontro de hóquei em patins no pavilhão João Villaret, em Loures, e os encontros de futebol no parque desportivo do Catujal.

Mais informações em <https://app1.cm-loures.pt/jogosdauniaio/>



Reparação e pintura do quartel dos Bombeiros Voluntários do Zambujal

Está a decorrer a empreitada de reparação e pintura do quartel dos Bombeiros Voluntários do Zambujal, uma obra totalmente financiada pela Câmara Municipal de Loures, no valor de cerca de 130 mil euros.

A execução da obra deverá estar concluída no final do mês de fevereiro.



A corrupção é farinha do mesmo saco para PS e PSD

Para um efetivo combate à corrupção, os titulares de cargos políticos pelas responsabilidades que têm de gerir dinheiros públicos e pelo impacto negativo para toda a comunidade se aceitarem subornos, devem ter a obrigação, não só de declarar o seu património, mas também de o justificar, sem recurso a subterfúgios jurídicos ao abrigo do princípio da presunção de inocência que não pode dar proteção absoluta aos corruptos que pretendam esconder a origem ilícita da sua inesperada riqueza patrimonial.

Vive-se atualmente em Portugal uma profunda crise política que levou o Presidente da República, a aceitar prontamente e sem reservas o pedido de demissão do Primeiro-Ministro e a dissolver a Assembleia da República, marcando eleições legislativas antecipadas, para o próximo dia 10 de março.

A atual crise política nacional não se deve unicamente à indecente e má figura de António Costa que está a ser investigado no Supremo Tribunal de Justiça por suspeitas do crime de prevaricação, mas também às inúmeras suspeitas de corrupção de vários membros dos últimos governos do PS.

Mas um mal nunca vem só e o Presidente do Governo Regional da Madeira é obrigado a demitir-se por ter sido constituído arguido por suspeitas de corrupção, prevaricação, recebimento indevido de vantagem, tráfico de influência, participação económica em negócio, abuso de poder e atentado contra o Estado de direito. As suspeitas que envolvem Miguel Albuquerque absorvem parte significativa do Código Penal nos crimes cometidos no exercício de funções públicas.

As atuais crises políticas, a nacional e a regional na Madeira, têm em comum a chaga da corrupção, cada vez mais enraizada nas elites partidárias do PS e do PSD, o que está a corroer seriamente os alicerces da democracia, da justiça e da igualdade social.

No atual panorama político português, compreendem-se perfeitamente as declarações feitas há três meses pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Henrique Araújo, em que desassombadamente denunciava a corrupção instalada em Portugal e a falta de vontade do poder político em combater esse fenómeno com uma expressão muito forte na administração pública.

A corrupção em Portugal assume contornos de autêntica tragédia política e social atingindo quantias astronómicas que em 2018, estavam estimadas em 18,2 mil milhões de euros, não sendo de estranhar que perante o significativo incremento das transferências de fundos europeus do Plano de Recuperação e Resiliência (PPR) para o nosso país, esses valores já tenham aumentado de forma exponencial. Vivemos tempos de gáudio para os corruptos.

O PSD e o PS, coadjuvados pelos seus acólitos menores: CDS; PCP e BE, mas a que também se associaram a IL, o PAN e o Livre, tentam pateticamente desvalorizar e minorizar as notícias sobre corrupção, dizendo que isso só favorece o CHEGA.

Numa indistigável promiscuidade e cumplicidade com o PS e PSD, há também um conhecido naipe de comentadores e comentadoras a soldo do atual statu quo político que despididamente se desdobram em aparições públicas nas várias televisões tentando desvalorizar o fenómeno da corrupção, com o ensaiado e estafado argumento de que isso só favorece o CHEGA.

Nada de mais errado, a corrupção não favorece o crescimento eleitoral do CHEGA, o que faz é prejudicar seriamente os portugueses comuns que trabalham arduamente e suportam uma pesada carga fiscal, acelerando as desigualdades sociais em benefício de uma elite política e económica cada vez mais anafada e com impunidade quase absoluta face à ausência de adequados e suficientes meios de investigação judicial, apoiados num moderno e eficaz ordenamento jurídico.

O que seria de esperar do PS e do PSD, partidos que governaram Portugal nos últimos 50 anos de ditadura de influências e de interesses, era que apresentassem propostas de efetivo combate à corrupção, ao invés de desvalorizarem as cada vez mais frequentes e graves suspeitas e investigações judiciais que envolvem alguns dos seus destacados dirigentes, seja a nível nacional, regional ou local.

Para um efetivo combate à corrupção, os titulares de cargos políticos pelas responsabilidades que têm de gerir dinheiros públicos e pelo impacto negativo para toda a comu-

nidade se aceitarem subornos, devem ter a obrigação, não só de declarar o seu património, mas também de o justificar, sem recurso a subterfúgios jurídicos ao abrigo do princípio da presunção de inocência que não pode dar proteção absoluta aos corruptos que pretendam esconder a origem ilícita da sua inesperada riqueza patrimonial.

Mas para se impor esta singela e justa obrigação dos titulares de cargos políticos justificarem a origem do seu património, há necessidade de fazer uma alteração da Constituição da República Portuguesa (CRP), invertendo o ónus da prova, mas só quando estiverem em causa crimes de natureza pública que digam respeito ao exercício de cargos públicos, sem colocar em causa o sacrossanto princípio da presunção da inocência e de todos os direitos de defesa legalmente consagrados.

Ora acontece que para essa revisão da CRP é necessário o voto favorável de dois terços dos Deputados em efetividade de funções, sendo crível que o PS e o PSD e seus sequazes, por razões espúrias, se oponham a essa alteração constitucional, escudando-se em princípios jurídicos que representam avanços civilizacionais, mas que podem ser pontualmente adaptados na defesa dos interesses supremos de uma determinada comunidade social, no caso a portuguesa.

As eleições legislativas antecipadas do próximo dia 10 de março, é uma boa oportunidade para os portugueses chutarem borda fora os corruptos do sistema. Não a desperdicemos.

– Fernando Pedroso, Líder da bancada do CHEGA na AMO e Adjunto do Conselho de Jurisdição Nacional do Chega



Loures Dance Open

Dias 2 e 3 de março, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures

A competição Loures Dance Open, de dimensão internacional, nos estilos Standard e Latina, realiza-se nos dias 2 e 3 de março, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures.

Federação Portuguesa de Dança Desportiva e World Dance Sport Federation, e organizado pela Associação de Dança de Moscavide em parceria com a Câmara Municipal de Loures, contará com a participação de alguns dos melhores pares a nível mundial, em diversos escalões.

Este campeonato, regulamentado pela



LOURES DANCE OPEN

2-3 MARÇO 2024

PAVILHÃO PAZ E AMIZADE

Sábado 2 de março

Open WDSF Standard Seniores II, III, IV and V
Open WDSF Latin Seniores II and III
Campeonato Nacional 10 Danças
Campeonato Nacional Sub-21 10 Danças

Domingo 3 de março

Campeonato Nacional Grupos e Solos Latinas e Standard

Informações:

934 921 732
asi.danca.mosc@gmail.com

PARCEIRO OFICIAL



UNIDADES LOCAIS DE SAÚDE – A solução para a saúde em Loures?

“Desde que começaram os problemas no Hospital Beatriz Ângelo que a minha posição é clara; embora seja um acérrimo defensor dos serviços públicos, com qualidade, não tenho qualquer reserva ideológica quanto às PPP que sirvam de forma eficaz a população, como acontecia no HBA.

Depois da passagem para a esfera pública, o serviço prestado aos utentes tem vindo, reiteradamente, a perder qualidade; essa é uma evidência aos olhos de todos.

O novo modelo de gestão das ULS irá, supostamente, aligeirar a tomada de decisão, dotando estas unidades de maior autonomia e, também, da capacidade de fazer a gestão integrada com os cuidados de saúde primários, afastando o recurso inapropriado às urgências hospitalares, com todos os benefícios para o bom funcionamento que daí advêm.

Tenho esperança que perante esta nova realidade e com a nova equipa de gestão, brevemente possamos reverter a situação actual e que o HBA volte a ser um hospital de referência pelos elevados padrões de qualidade do seu serviço”

- Ricardo Leão (PS) - Presidente da CM Loures

Link para o vídeo [AQUI](#)



Pérola do Atlântico versus Diamante do Funchal

Desde Fevereiro de 2010, fatídico dia em que a Madeira, conhecida por “pérola do atlântico” foi engolida pela natureza, numa mistura de água, pedra, e lama, num desastre natural que ceifou, não se sabe bem quantas vidas, que não se via novo desastre, este já não pela mão da mãe natureza, mas, por via dos homens que por lá habitam, mandam e comandam.

O desembarque na Região Autónoma da Madeira de uma força policial e judiciária de uma centena de inspectores, transportados numa aeronave militar, com o objectivo de executar mandatos de buscas e detenção de figuras de proa da política madeirense, provocou um verdadeiro marmoto, ainda em curso, cujas consequências ninguém ousa antecipar. Nada mais, nada menos que o inquilino da quinta vígia, Miguel Albuquerque, Presidente do governo regional, e o inquilino dos paços do concelho funchalense, o Presidente da Câmara Municipal, Pedro Calado, os dois mais importantes políticos madeirense, no activo, foram o alvo da task force que voou para a pérola do atlântico.

Ambos, no passado, foram “unha com carne” um do outro, quando Miguel Albuquerque foi Presidente da Câmara Municipal do Funchal, e Pedro Calado o seu número dois, e ambos granjeavam o antagonismo do todo poderoso Alberto João Jardim, então Presidente do governo regional da Madeira, contando como seu Vice-Presidente Cunha e Silva, seu delfim, e putativo herdeiro político, estatuto que Manuel António, então um todo poderoso secretário regional, também beneficiava, perdendo os três (Alberto João Jardim, Cunha e Silva e Manuel António) para a “entourage” de Miguel Albuquerque, que tinha então uma aura de empatia e simpatia, próximo das pessoas.

Naturalmente Avelinho Farinha, o “homem” da AFA, também conhecida lá na pérola como a “Mota Engil madeirense”, num paralelismo ao métier a que se dedicavam, quase em monopólio, era um denominador comum, não só a estes nomes, mas a todos os Presidentes de Câmara da Região Autónoma da Madeira.

Residi na Madeira de 2005 a 2010, e as minhas funções de chefe de gabinete de um dos Presidentes de Câmara municipal, habilitam-me a afirmar, com toda a propriedade - conheço-os a todos, sem excepção, pessoal e profissionalmente. Acrescento, até, que foi graças a mim, que o Presidente de Câmara que servi, em São Vicente, José Humberto de Sousa Vasconcelos, se aproximou do círculo próximo de Miguel Albuquerque, cujo corolário, uns anos depois, foi a escolha de Humberto, por Miguel Albuquerque, para secretário regional, em dois mandatos consecutivos, tendo-se destacado, dos demais, pela positiva, segundo informações que me chegavam. E é tudo quanto direi nestas páginas sobre estes nomes, fazem parte da minha história, do meu percurso, da minha aprendizagem de vida, e não cometerei o erro de fazer juízos de que espécie for, pois não sou nem juiz,

nem jurado. Esta operação da Polícia Judiciária, e do Ministério Público, há muito esperada, por muita gente, na região, vêm como que reabilitar, ou melhor dizendo, restaurar o élan destas entidades, cuja percepção pública, face a desastres recentes, não os cotavam lá muito bem., devido a algumas trapalhadas, admissíveis ao vulgo cidadão, com instrução mínima, ao nível da quarta classe, mas inaceitável a agentes diplomados com licenciaturas.

Mas, esta acção não está isenta de falhas grosseiras, e vazamento de informações para o domínio público, com informações propósitos. Quando se “liberta” a informação que foi confiscado um diamante, embrulhado em papel vegetal, que se encontrava na secretária do Presidente da Câmara do Funchal, à vista, portanto sem estar em gaveta ou fosse o que fosse, de imediato se instala na mente do vulgo, um apodo de culpabilidade mafiosa de Pedro Calado, como se, para além de Presidente da Câmara, acumulasse o tráfico de pedras preciosas. Achei muito estranho, inverosímil até, esta versão, não estava a ver uma tamanha ingenuidade. Dez dias depois, vem-se a apurar que afinal o diamante, não é um diamante mas uma amostra, sem qualquer valor comercial, num material plástico, produzido por uma empresa madeirense. Parafrazeando o “Diácono remédios”, não havia necessidade. Foi um disparate a divulgação desta informação, sem antes a ter confirmado ou infimado, como veio a acontecer, mas tarde de mais, o labéu, a lama já tinha sido lançada. Não ocorreu a ninguém perguntar ao homem “o que isto?”. Também passou para domínio público, o trabalho do Ministério Público, prontamente noticiado em todas as TV’s, o número avassalador de milhões de euros em obras públicas, facturado por Avelino Farinha e a sua AFA, e derivadas, no arquipélago, bem como os contratos por ajuste directo, adjudicados quer pela Câmara Municipal do Funchal, quer do Governo Regional, num claro apodo de ilegalidades várias, envolvendo alegados atos de corrupção.

Isto um pouco á semelhança de a nível nacional se diabolizarem os ajustes directos como se não estivessem previstos no Código da Contratação Pública. E é preciso ter muito cuidado, e cabe ao ministério público garantir a retidão das informações que traz ao processo, por um lado muitos dos milhões facturados pela AFA e derivadas, foram-no ao abrigo de processo concursal público, e, ou conseguem provar que esses processos foram realizados com violação do código da contratação, ou pelo simples facto de terem sido realizados e ganhos pela AFA isso, por si só, não é crime, nem podia ser. Sendo a AFA uma empresa da Região é natural ser a mais solicitada pelos agentes públicos para as diversas obras que ao longo dos 50 anos de autonomia têm existido.

Com os ajustes directos, sucede exactamente a mesma coisa, são legais, estão previstos no

Código da Contratação Pública, é preciso, sem sombra de dúvida, que se prove terem sido concretizados em violação da lei, dando preferências indevidas, pois a existência, de per si, destes justes não indicia rigorosamente nada.

Outro apontamento, na peça do MP tornada pública, é a constatação de ao referirem-se a determinadas câmaras municipais lhes atribuírem NIF (números de identificação fiscal), a título de identificação, quando têm de saber, os senhores magistrados do MP que uma Câmara Municipal é apenas um órgão da pessoa jurídica que é o Município, logo é este, a pessoa colectiva de direito público que é titular de um NIF e não o seu órgão executivo colegial.

Por último, mas não o último, é a inconstitucionalidade que impunemente os nossos tribunais vão praticando no que concerne ao prazo para os detidos serem presentes a um juiz – são 48 horas, e no caso em apreço os 10 dias, que os detidos aguardaram para serem ouvidos, esbarram estrondosamente com a lei, porque os tribunais superiores resolveram dar como orientação que qualquer detido ao ser presente apenas para identificação, assegura essas 48 horas, ao arrepio de todas as interpretações do mundo do direito em Portugal. Chega-se ao cúmulo dos juizes defenderem a alteração da lei, não no sentido de serem forçados a cumprir com o que já a lei impõe, mas para alargar esse prazo a fim de cobrir aquilo que eles impõem aos detidos. Os senhores deputados têm de fazer alguma coisa em relação a isto, já que os juizes insistem em fazer vista grossa.

Como exigir ao outro que seja cumpridor se o juiz, ele próprio não cumpre e o MP comete erros grosseiros?

Por último, mas não o último, é a sacrossanta corrupção, motivada ou fomentada, por décadas ininterruptas de poder por parte dos mesmos, ou mesmo até, no caso das autarquias, dos 3 mandatos sucessivos permitidos pela lei da limitação de mandatos.

A única solução, que no imediato, podia mitigar e prevenir a corrupção era cumprir o desiderato constitucional de fazer os órgãos executivos responderem de facto e de direito aos respectivos órgãos deliberativos, algo que não acontece, pois nas autarquias locais, ao nível do município ainda vigora a bizarria da eleição independente para a câmara municipal e para a assembleia municipal, quando o executivo devia emanar do deliberativo e este devia efectivamente poder destituir o executivo sempre que o considerasse adequado, e mais, as deliberações do executivo deveriam poder ser avocadas pela assembleia no caso de contratação pública, e outras a estudar, pois assim seria muito mais difícil instalar-se a corrupção.

No caso das Regiões Autónomas, parece claro que sem prejudicar a sua autonomia, o seu sistema politico-administrativo não se podia afastar do sistema nacional.

- Oliveira Dias, Politólogo

O projeto “Qualidade + Social” em Loures

O projeto “Qualidade + Social”, que consiste num plano formativo elaborado de acordo com as necessidades das Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho, envolveu, no ano passado, 209 formandos participantes de 27 instituições.

A iniciativa, decorrente de um protocolo de colaboração entre o Município e a Associação Luíz Pereira Motta (ALPM), em Loures, contribuiu para quadros técnicos mais qualificados e consequentemente para uma melhor resposta aos públicos-alvo (seniores e crianças).

O balanço, apresentado hoje na ALPM, registou um aumento do número de ações de formação, formadores, formandos e instituições inscritas.



RISING STARS – PORTAS ABERTAS NA GULBENKIAN.

11 fev 2024 domingo, 15:00

Grande Auditório Fundação Calouste Gulbenkian

Sonoro Quartet
Sarah Jégou-Sageman Violino
Jeroen De Beer Violino
Séamus Hickey Viola
Léo Guiguen Violoncelo

Joseph Haydn

Quarteto em Si bemol maior, Hob.III:78 (op. 76 n.º 4)
Annelies Van Parys

Nova obra *
Dmitri Chostakovitch

Quarteto para Cordas n.º 8, em Dó menor, op. 110

* Encomenda BOZAR Brussels, com o apoio ECHO.
Sonoro Quartet é apresentado por BOZAR Brussels.

Enquanto membro da rede ECHO – European Concert Hall Organisation, composta por um conjunto de prestigiadas salas de concertos do continente europeu, a Fundação Calouste Gulbenkian abre de novo as suas portas para

receber o ciclo Rising Stars.

Ao longo de um dia musicalmente intenso, o foco incidirá nas estrelas ascendentes da interpretação e da criação musical contemporâneas, podendo o público constatar, ao vivo, a excepcionalidade de alguns dos jovens selecionados para integrarem os Rising Stars. Mais uma vez, o programa privilegia a diversidade de propostas, com atuações de músicos de excepcional talento. Em contexto de Portas Abertas, é disponibilizada uma programação variada e uma atmosfera musical festiva em ambiente informal.



Imagem da Fundação Calouste Gulbenkian

Dados Oficiais relativos à Violência Doméstica em Portugal | 4º trimestre de 2023

Estão publicados, no Portal da Violência Doméstica, os Indicadores Estatísticos relativos aos crimes cometidos em contexto de violência doméstica e homicídios voluntários em contexto de Violência Doméstica, respeitantes ao período de outubro a dezembro de 2023.

Foram acolhidas na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica 1296 pessoas, sendo 50,8% mulheres, 47,5% crianças e 1,7% homens. No período homólogo de 2022, o número de pessoas acolhidas foi de 1441 (54,2% mulheres, 44,7% crianças e 1,2% homens).

Foram transportadas 207 vítimas e 5222 pessoas foram abrangidas pela medida de proteção por teleassistência, no âmbito do crime de violência doméstica.

Registaram-se 6973 ocorrências participadas

à PSP ou à GNR, menos 17,41% que no semestre anterior e menos 2,19% que no período homólogo de 2022. Assinala-se que em 2023 foram participados 30279 crimes de violência doméstica, menos 0,4% que no ano de 2022, em que se registaram 30389 participações.

Foram aplicadas 1161 medidas de coação de afastamento a agressores pelo crime de Violência Doméstica e integradas 2494 pessoas em programas para agressores.

Registaram-se 3 vítimas (mulheres) de homicídio voluntário em contexto de Violência Doméstica, sendo que no período homólogo de 2022 se registaram 5 vítimas (4 mulheres e 1 criança).

No ano de 2023 registaram-se 22 homicídios voluntários em contexto de Violência Doméstica

(17 mulheres, 2 crianças e 3 homens). Em 2022 ocorreram 28 homicídios (24 mulheres, 4 crianças).

Os dados relativos a crimes cometidos em contexto de violência doméstica e homicídios voluntários em contexto de Violência Doméstica, são recolhidos pela Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, entidade coordenadora da RNAVVD – Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica.

Fonte: CIG

[Link para o Portal da Violência doméstica](#)



COMMISSION FOR CITIZENSHIP AND GENDER EQUALITY
Minister in the Cabinet of the Prime Minister and for Parliamentary Affairs

Sede:
Rua Almeida Brandão, 7
1200-602 Lisboa
Tel: (+351) 217 983 000
E-mail: cig@cig.gov.pt
<https://www.cig.gov.pt>

Delegação do Norte:
Rua Ferreira Borges, 69, 3º F
4050-253 Porto
Tel: (+351) 222 074 370
E-mail: cignorte@cig.gov.pt



ZERO dececionada com decisão do Presidente da República de não promulgar legislação sobre resíduos perigosos

Legislação iria regular o funcionamento dos Centros de Tratamento de Resíduos Perigosos, abrindo a porta à concorrência, mas garantindo a proteção ambiental

O Presidente da República comunicou ao Governo que não iria promulgar o decreto-Lei aprovado em Conselho de Ministros, do passado dia 13 de outubro, que altera o regime jurídico a que fica sujeito o licenciamento dos centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos (CIRVER), o qual eliminava a exclusividade na gestão de tratamento dos resíduos perigosos, promovendo a concorrência, mas obrigava a que novas unidades de tratamento destes resíduos tivessem de ter as características e

exigências a que estão sujeitos os atuais CIRVER.

Ou seja, o mercado abria, mas quem quisesse entrar teria de instalar um CIRVER com as mesmas obrigações dos atuais e constituído pelas mesmas unidades de tratamento, garantindo-se, assim, que a instalação de novas unidades de tratamento destes resíduos perigosos manteriam o elevado padrão de exigência ambiental a que os atuais CIRVER estão sujeitos e um funcionamento transparente, decorrente da obrigatoriedade de serem acompanhados pelo Observatório dos CIRVER, entidade onde estão representadas as autarquias e as associações ambientais.

Rui Berkemeier, membro do Conselho Geral da ZERO considera que "foi com alguma decepção que recebemos esta notícia, até porque já tinha-

mos enviado uma carta ao Sr. Presidente da República onde explicávamos as razões pelas quais era importante que promulgasse esta legislação".

Com esta decisão da Presidência da República, a situação da gestão dos resíduos perigosos em Portugal fica, de alguma forma, num limbo, uma vez que, apesar das licenças dos CIRVER terem sido recentemente prorrogadas, não fica claro se, no futuro, vão poder entrar outros operadores neste mercado, nem em que condições, criando-se uma situação de incerteza num setor que, até há data, tem funcionado sem grandes problemas.

Fonte: Zero.ONG



Dívida pública abaixo dos 100% em 2023

Banco de Portugal divulgou dados relativos ao ano passado. Dívida baixou para os 98,7%

A dívida pública portuguesa baixou para os 98,7% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2023, de acordo com os dados revelados esta quinta-feira (01 de fevereiro) pelo Banco de Portugal. É a primeira vez, desde 2009, que a dívida se situa abaixo dos 100% do PIB.

De acordo com a nota de informação estatística do BdP, no saldo do último ano a dívida pública diminuiu 9,4 mil milhões de euros (para 263 mil milhões) face a 2022, uma redução em termos absolutos que acontece pela segunda vez em democracia.

Fonte: Portal do XXIII Governo Constitucional



Agenda Metropolitana

4 fevereiro 2024 SETÚBAL A Bela e o Monstro

“A Bela e o Monstro” é um musical de Fernando Gomes a partir do conto da romancista francesa Gabrielle-Suzanne Barbot, publicado em 1740, com inúmeras versões posteriores.

É o mais encantado dos contos infantis, desta vez numa produção do Teatro Esfera (de Queluz).

À primeira vista, esta criação de Fernando Gomes é mais um musical, divertido, animado, colorido, com reviravoltas e surpresas visuais, muito suspense, grandes sentimentos e, claro, um final feliz. Mas a beleza desta história está na mensagem implícita “o que é visível aos olhos pode ser enganador!”.

Atrás de uma imagem, de um rosto, de um corpo, do outro, existe um “eu” que é preciso descobrir e construir. E essa descoberta e construção só é possível numa relação de empatia, apoio, segurança e amor.

Espectáculo integrado no “Bambolinices”, um festival internacional de teatro e artes performativas, que se realiza entre 2 e 11 de fevereiro, em Setúbal.

A programação desta bienal é, nesta quarta edição, composta por 16 espetáculos para vários públicos, que se realizarão no Fórum Municipal Luísa Todi e no Centro Artístico Fernando Guerreiro.

Os espetáculos cénicos serão apresentados por companhias de teatro, profissionais e não profissionais, oriundas de vários pontos do país. Haverá ainda oficinas de teatro para pais e filhos

todos os príncipes tinham defeitos. Príncipes de vários reinos vieram até ela, de maneira a mostrar o seu interesse no casamento. Mas Beatriz troçava de todos eles, e em todos encontrava defeitos. De tal forma, que o pai, o Rei do Castelo da Abundância jura entregá-la ao primeiro que passasse, fosse príncipe, músico ou pobre. O músico António, surge no castelo e o monarca cumpre o prometido. Entrega-lhe a mão da sua filha, ignorando os protestos e a revolta da princesa.

Neste espetáculo, divertido e com muitas surpresas, vamos conhecer a história da princesa Beatriz, e a bela lição de vida que esta aprenderá, fazendo com que perceba o verdadeiro valor das coisas, e que a felicidade pode estar nas coisas mais simples da vida.

e de expressão e movimento, uma tertúlia poética e musical e uma exposição biográfica sobre o ator, dramaturgo e cenógrafo Asdrúbal Teles.

O Bambolinices é organizado pela Cooperativa GATEM – Espelho Mágico, com apoio e parceria da Câmara Municipal de Setúbal.
Data 4 fevereiro 2024
Município Setúbal
Preço 5 euros

[Bilheteira online.](#)

Local
Fórum Municipal Luísa Todi | 17h00

URL www.forumluisatodi.pt/espetaculos/
Outras informações
Para maiores de 3 anos | Duração 60 minutos.

Espectáculo inserido no programa Miúd@s no centro.

Data 4 fevereiro 2024
Município Sintra
Preço 5 euros

Bilhetes à venda na Ticketline.

Local
Centro Cultural Olga Cadaval (Sintra) | 16h00

URL ccolgacadaval.pt/agenda/teatro/181-o-principe-nabo/2024-02-04-16-00
Outras informações
Para maiores de 3 anos | Duração: 60 minutos

mação camerística.

Ao longo dos anos, apresentaram-se no Brasil, Sérvia, Argentina, Itália e Portugal.

Data 7 fevereiro 2024
Município Oeiras
Preço Gratuito

Local Palácio dos Aciprestes (Linda-a-Velha) | 18h00

URL www.oeiras.pt/-/recital-violino-piano-com-o-duo-mihajlovic-bastos



4 fevereiro 2024 SINTRA O Príncipe Nabo

Era uma vez, no Castelo da Abundância, a princesa Beatriz que era muito vaidosa e dizia que



7 fevereiro 2024 OEIRAS Recital de Violino e Piano com o duo Mihajlovic/Bastos

Marija Mihajlovic e Miriam Bastos formaram o Duo de violino e piano ‘Mihajlovic/Bastos’ em 2009. Desde então, colaboram nas áreas de performance e investigação em música.

Dedicam-se à pesquisa e divulgação das obras de suas terras natais, Sérvia e Brasil, além de interpretarem o repertório clássico para esta for-

Agenda Metropolitana

7 fevereiro 2024 SETÚBAL O Príncipezinho (de bolso)

Um pequeno príncipe de cabelo loiro e casaco azul resolve deixar o seu planeta, B612, em busca do segredo para viver feliz com a sua flor... Pelo caminho procura ajuda nos habitantes de outros planetas, mas é na terra que encontra o verdadeiro sentido para a palavra amizade e descobre que, afinal, o mais importante é aquilo que se vê com os olhos da alma, ou seja, o coração...

Produção da GATEM – Espelho Mágico.

Espectáculo integrado no “Bambolinices”, um festival internacional de teatro e artes performativas, que se realiza entre 2 e 11 de fevereiro, em Setúbal.

A programação desta bienal é, nesta quarta edição, composta por 16 espetáculos para vários públicos, que se realizarão no Fórum Municipal Luísa Todi e no Centro Artístico Fernando Guerreiro.

Os espetáculos cénicos serão apresentados por companhias de teatro, profissionais e não profissionais, oriundas de vários pontos do país. Haverá ainda oficinas de teatro para pais e filhos e de expressão e movimento, uma tertúlia poéti-

ca e musical e uma exposição biográfica sobre o ator, dramaturgo e cenógrafo Asdrúbal Teles.

O Bambolinices é organizado pela Cooperativa GATEM – Espelho Mágico, com apoio e parceria da Câmara Municipal de Setúbal.



10 fevereiro 2024 MOITA Tito Paris

Tito Paris celebrou, em 2023, os seus 40 anos de Carreira com dois concertos muito especiais no Coliseu dos Recreios e no Coliseu do Porto. O filho querido de Cabo Verde é hoje um dos seus maiores marcos culturais, mas também é alguém que contribuiu, e continua a fazê-lo, para a criação de pontes culturais e ligações entre vários povos.

Ao vivo, celebra toda a sua diversidade, uma obra multicultural, onde cabe todo o imenso mundo lusófono, todas as influências e vivências num espetáculo único!

Ao vivo Tito Paris será acompanhado por Moisés

Ramos (piano), Manuel Paris (baixo), Péricles Paris “Nir”(bateria), José António (cavaquinho) e Carlos Lopes “Bisnaga” (acordeão).

Data
10 fevereiro 2024

Município Moita

Preço Bilhete: 11,13 euros |

Horário da bilheteira: terça-feira a sábado, das 14h30 às 19h30 | Tel.: 210 888 900

Bilhetes em ticketline.pt

Local

Fórum Cultural José Manuel Figueiredo – Baixa da Banheira

21h30.

URL
www.cm-moita.pt/

Outras informações
Destinatários: Maiores de 6 anos | Duração: 90 minutos.



ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO 2023

A edição de 2023 do Índice de Perceção da Corrupção, publicado anualmente pela Transparency International, revela que o combate à corrupção em Portugal continua a não avançar e tem falhas ao nível da integridade na política.

No Índice de Perceção da Corrupção 2023, Portugal, que é avaliado no conjunto dos países da Europa Ocidental e União Europeia, obteve 61 pontos, fixando-se na 34ª posição em 180 países. Volta a igualar a pontuação registada em 2020, a pior registada desde 2012, continuando abaixo do valor médio da sua região (65 pontos). Desde 2012 que Portugal apresenta variações anuais mínimas na sua pontuação deste Índice.

Especificamente sobre o nosso país, o relatório da Transparency International coloca Portugal como um dos países da Europa em que se registam falhas ao nível da integridade na política. No entender da Transparency International, o facto de Portugal ter mergulhado numa crise política quando o Primeiro-Ministro António Costa se demitiu na sequência da detenção do seu chefe de gabinete, no âmbito da “Operação Influencer”, é um exemplo de como os escândalos de integridade política persistem, salientando a necessidade de serem reforçadas as regras relativas aos conflitos de interesses, às normas éticas e à transparência no exercício de funções públicas e nas atividades de lobbying. A Transparency International insta mesmo Portugal a colocar como prioridade na agenda política uma regulamentação mais rigorosa em matéria de lobbying, após vários anos de atrasos.

A análise da Transparency International sobre os resultados do Índice de Perceção da Corrupção 2023 analisa a forma como a injustiça e a corrupção se afetam mutuamente em todo o mundo. De acordo com o Rule of Law Index, o mundo está a registar um declínio no funcionamento dos sistemas de justiça. Os países com as pontuações mais baixas neste Index têm também pontuações muito baixas no Índice da Transparency International, o que revela uma clara ligação entre o acesso à justiça e a corrupção. Tanto os regimes autoritários como os líderes democráticos que minam a justiça contribuem para aumentar a impunidade da corrupção e, nalguns casos, até a incentivam, ao eliminarem as consequências para os infratores.

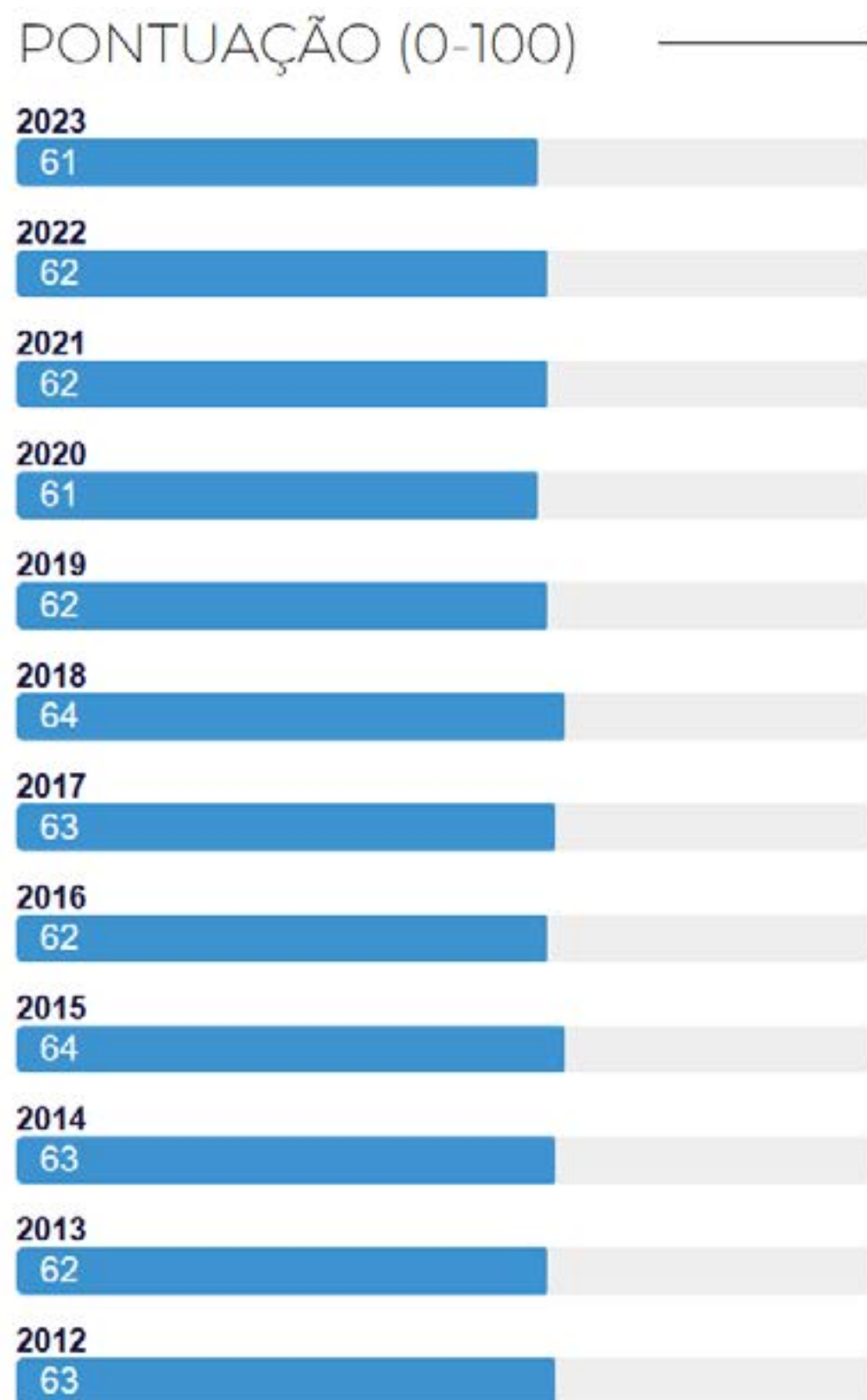
“Os resultados do Índice de Perceção da Corrupção 2023 evidenciam que não basta a um país ter

uma Estratégia Nacional Anticorrupção, é fundamental que esta seja efetiva no combate à corrupção. Quando os cidadãos em geral e as organizações internacionais não percebem, ou não encontram evidências, do impacto das leis e dos mecanismos existentes, não conseguem confiar nos governos e nas instituições. Existe um interesse público significativo em garantir a transparên

cia e integridade, bem como a responsabilização dos detentores de cargos públicos e políticos relativamente a políticas e legislação promulgadas. É importante ter uma ação eficaz.”

Margarida Mano
Presidente da TI Portugal

[Link AQUÍ](#)



Sem zonas húmidas, não sobreviveremos às alterações climáticas

Se não fizermos mais para proteger as zonas húmidas, não sobreviveremos às alterações climáticas. É esta a mensagem do Diretor Executivo da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), Domingos Leitão, por ocasião do Dia Mundial das Zonas Húmidas, que se comemora amanhã, 2 de fevereiro.

“As zonas húmidas são essenciais para o futuro da humanidade”, afirma Domingos Leitão.

Sem zonas húmidas, teremos mais inundações

Perante os invernos cada vez mais caracterizados por tempestades e chuvas torrenciais, é imperativo proteger e restaurar os rios e as suas margens, bem como as zonas húmidas de altitude como as turfeiras, que conferem proteção contra inundações e enxurradas. Exemplo disso são as turfeiras do Planalto dos Graminhais, em São Miguel (Açores). Em lugar de ser transformada em mais uma pastagem, graças ao trabalho da SPEA esta área foi restaurada para poder cumprir um papel fundamental. Esta vasta área no topo da montanha atua como uma esponja natural. No inverno, quando caem as chuvas torrenciais, as turfeiras captam e armazenam milhares de litros de água, evitando que ela corra monte abaixo de enxurrada e cause derrocadas e inundações. Ao invés, essa água vai-se infiltrando no solo devagarinho, chegando aos lençóis de água e permitindo que as ribeiras tenham sempre água no verão.

Sem zonas húmidas, não conseguiremos resistir à subida do nível do mar

Também os estuários e lagoas costeiras têm um papel fundamental como barreira contra inundações, e são cruciais para resistirmos à subida do nível da água do mar. Destruir estes sistemas naturais de regulação da água é duplamente prejudicial se for para os substituir por construções de betão que impermeabilizam o solo, impedindo-o de absorver a água.

“Em Portugal, muitas das zonas húmidas são, supostamente, protegidas por lei. Mas continuam a surgir projetos turísticos e urbanísticos que ameaçam os habitats importantes dos estuários do Tejo e do Sado (Alcochete, Tróia e Comporta-Galé), e até no Algarve (Lagoa dos Salgados, Ria do Alvor, Alagoas Brancas). Temos de fazer mais

para proteger a integridade destas zonas húmidas, que são a nossa proteção contra a subida do mar” diz Domingos Leitão. E é preciso ir além de impedir a destruição, afirma o conservacionista, frisando a importância e restaurar zonas degradadas: “O restauro da vegetação e do ecossistema dunar das Ilhas Barreira, que estamos a fazer no projeto LIFE Ilhas Barreira, é crucial para a sobrevivência não só da área protegida da Ria Formosa, mas também do modo de vida de milhares de pessoas daquela região do Algarve.”

Sem zonas húmidas, milhões de pessoas ficarão sem sustento

Rios, estuários e lagoas costeiras são verdadeiras maternidades para muitos dos peixes, bivalves e crustáceos que são o sustento de milhões de pessoas no mundo inteiro – e um recurso extremamente importante no nosso país.

Não podemos criar mais necessidades de água

Outro recurso cada vez mais escasso em Portugal e no Mundo e diretamente ligado à proteção das zonas húmidas, é a própria água.

“Projetos que aumentem significativamente o consumo de água são projetos que não podem avançar nos dias de hoje”, diz Domingos Leitão. “Se desviarmos a água para mega-empreendimentos agrícolas, quando a água é cada vez mais escassa, onde iremos buscar água para beber num futuro próximo?”

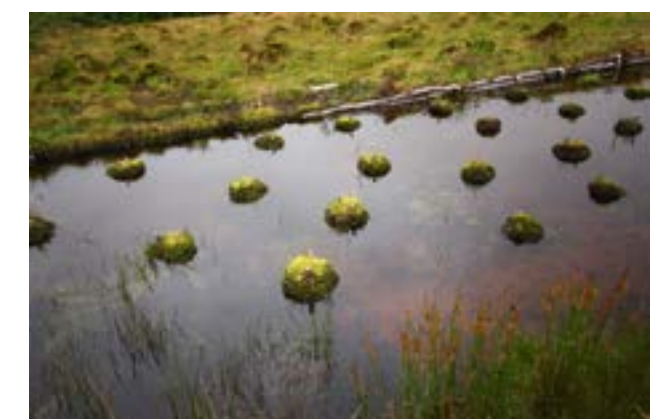
É profundamente irresponsável contemplar projetos como plantações intensivas de abacate ou mirtilo, que requerem milhões de litros e água por ano, no sul de Portugal, onde já se enfrentam problemas de escassez de água, afirma. Daí que a SPEA e outras organizações de defesa do ambiente se oponham a projetos como o das Herdades da Murta e Monte Novo, que esteve recentemente em consulta pública e prevê a criação de 34 novas captações de água no subsolo, ou a proposta mega-barragem do Pisão, cujo intuito é criar 50 mil hectares de regadio. “Não se pode criar uma necessidade de água daquela maneira, quando sabemos que estamos num cenário de alterações climáticas em que a água é um bem cada vez mais escasso. Aprovar projetos destes significa destruir zonas húmidas,

como os rios e pauis, e criar um conflito entre a utilização de água para a agricultura e a utilização de água para consumo humano, que nunca vai acabar bem”, reitera Domingos Leitão.

Ainda há salvação

“Para sobreviver, temos de diminuir a pressão sobre estes ecossistemas cruciais. Está nas mãos de todo nós, desde as nossas escolhas como consumidores até à participação ativa enquanto cidadãos, quer a título individual quer associando-nos ou apoiando associações de defesa do ambiente” conclui Domingos Leitão.

Fonte: SPEA



Turfeiras em São Miguel ©Joaquim Teodósio/SPEA



Ilhas Barreira e Ria Formosa ©Fábio Marcelino



CPITI
COMPANHIA PORTUGUESA DE
IMPRESSORAS
TECNOLOGIAS DE IMPRESSÃO

SOLUÇÕES DE
IMPRESSÃO

www.cpiti.pt
21 472 7000 info@cpiti.pt



www.radiobobadela2020.org

ERC
ESTRUTURA REGULADORA
DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
OFICIALMENTE PELA ERC
N.º De Registo 700174

QR CODE

Porque a Magia do Som Está Na Cor Da Musica

Ficha Técnica Notícias LX - Diretor e Proprietário: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | NoticiasLx@sapo.pt
Colunistas: Oliveira Dias, José Maria Pignatelli, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, Patricia Almeida, José Manuel Graça
Colaboradores: Miguel Durão, Manuel Vieira.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: Semanal
Estatuto editorial: <https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/>
Regras editoriais: <https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/>
NoticiasLx: <https://NoticiasLx.pt>

[Assinar o Semanário](#)



Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 50.000 pessoas nos concelhos da Grande Lisboa

E.Mail Comercial: NoticiasLx-Pub@Sapo.pt